

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Conselheiros e Administradores da
Fundação Norberto Odebrecht
Salvador - BA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Norberto Odebrecht ("Entidade"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Norberto Odebrecht em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 31 de março de 2026.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2025	2024		Nota explicativa	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.150	1.717	Fornecedores		40	13
Empréstimos concedidos		2	20	Impostos, taxas e obrigações	9	33	156
Adiantamentos a terceiros		47	33	Salários, encargos e contribuições	10	386	271
Outros ativos		44	43	Outros passivos	11	23	525
		2.243	1.813			482	965
Não circulante				Patrimônio líquido			
Depósitos judiciais	8	171	171	Patrimônio social	12	1.359	838
Imobilizado	6	263	294	Superávit do exercício		862	521
Intangível	7	28	46			2.221	1.359
		462	511				
Total do ativo		2.705	2.324	Total do passivo e patrimônio líquido		2.703	2.324

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2025	2024
Receitas	13	5.265	8.069
Doações à projetos sociais	14	(2)	(9)
Deduções da receita bruta		(20)	(20)
		<u>5.243</u>	<u>8.040</u>
Despesas gerais e administrativas	15	2	(7.759)
Recuperação de despesas		-	4
Outras receitas (despesas), líquidas		(2)	2
		<u>(4.572)</u>	<u>(7.753)</u>
Resultado operacional		<u>671</u>	<u>287</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>191</u>	<u>234</u>
		<u>191</u>	<u>234</u>
Superávit líquido do exercício		<u><u>862</u></u>	<u><u>521</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit líquido do exercício	862	521
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u><u>862</u></u>	<u><u>521</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.855	(2.017)	838
Absorção do déficit pelo patrimônio social	12	(2.017)	2.017	-
Superávit do exercício	12	-	521	521
Saldos em 31 de dezembro de 2024		838	521	1.359
Absorção do superávit pelo patrimônio social	12	521	(521)	-
Superávit do exercício	12	-	862	862
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.359	862	2.221

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit líquido do exercício	862	521
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	47	46
Resultado na baixa de imobilizado	2	6
	<u>911</u>	<u>573</u>
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a terceiros	(14)	6
Empréstimos concedidos	20	(20)
Outros ativos	(1)	(14)
Fornecedores	27	(19)
Salários, encargos e contribuições sociais	116	(118)
Impostos, taxas e contribuições	(123)	4
Outros passivos	(503)	54
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>433</u>	<u>466</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	-	(38)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(38)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>433</u></u>	<u><u>428</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.717	1.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.150	1.717
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>433</u></u>	<u><u>428</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Fundação Norberto Odebrecht (“Fundação” ou “FNO”) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, mantida pela Novonor S.A. Idealizada e fundada por Norberto Odebrecht em 1965, tem como referência a Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO), filosofia de vida humanista pautada na educação e no trabalho que deu origem a “Nossa Cultura”, praticada no Grupo Novonor.

As ações da Fundação sempre tiveram como cerne o desenvolvimento do ser humano, contribuindo para o combate à pobreza e à desigualdade e a construção de uma sociedade mais responsável, harmônica, solidária e com igualdade de oportunidades para todos. Possui a missão de “educar para impactar vidas que transformam o amanhã” e a visão de “ser reconhecida por multiplicar soluções de impacto socioambiental para construção de um futuro sustentável”.

Para multiplicar soluções de impacto socioambiental, a FNO coordena tecnologias e administra recursos não reembolsáveis para contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios em que atua. O trabalho se concentra em três frentes: a execução de Programas e Projetos; a realização de Consultoria Técnica e a Produção de Conhecimento. Com estas ações, realiza sua missão e contribui para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), agenda global estabelecida pela ONU (Organização das Nações Unidas) em 2015, com metas a serem alcançadas até 2030, adotadas por 193 países, incluindo o Brasil.

Seu principal Programa Social, o PDCIS (Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade), vem sendo executado desde 2003, em municípios do Baixo Sul da Bahia, com iniciativas articuladas em seis frentes para promover o desenvolvimento territorial sustentável em regiões de vulnerabilidades sociais, são elas: educação para o desenvolvimento sustentável; conservação ambiental; desenvolvimento econômico; inovação e tecnologia; cidadania e governança; e coesão e mobilização social. Com sua metodologia sistematizada e os impactos do programa aferidos, o modelo foi reaplicado de 2021 a 2024, em Macaé - RJ, no distrito do Sana, junto a uma comunidade de agricultores. Em 2025, por meio de uma parceria com a Odebrecht Engenharia & Construção e o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Agrário (FADA) do Governo Angolano, a Fundação deu início ao projeto “Produzir para Transformar Vidas”, como parte das ações do PDCIS Angola a ser implementado no país africano.

Para viabilizar a realização do PDCIS, são firmadas parcerias com organizações da sociedade civil dos locais em que o programa é implementado, que são qualificadas pela FNO, nos processos de planejamento, mobilização de recursos e prestação de contas, a fim de garantir a efetividade dos resultados e transparência na execução da iniciativa junto a beneficiários e investidores. Outros agentes também participam do Programa, formando a governança participativa do PDCIS, a exemplo do poder público, instituições de ensino e pesquisa, e a iniciativa privada, que, atuando de forma colaborativa em torno do desenvolvimento territorial sustentável das regiões, potencializa os resultados da ação.

Os recursos financeiros para manutenção da Fundação advêm de doações, em especial de sua Mantenedora, a Novonor, e de empresas por ela controladas ou coligadas, e também da FRVJ Patrimonial Ltda (“FRVJ Patrimonial”), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda. - Em Recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor, nos direitos autorais e comercialização de livros, sendo que todos esses recursos são aplicados na consecução de seus objetivos sociais, na coordenação do seu programa social e sua reaplicação em novos territórios, na prestação de consultoria técnica visando a reaplicação dos conceitos e práticas de seu programa social, bem como na promoção ou coordenação de projetos de captação de recursos técnicos e ou financeiros, destinados ao cumprimento de sua finalidade básica.

Em 2025, renovou importantes atestados de credibilidade. Pelo terceiro ano consecutivo, conquistou o Selo Doar A+, a mais alta certificação concedida pela Certificadora Social a organizações que atendem a rigorosos critérios de transparência, governança e gestão. Também recebeu novamente o selo Great Place to Work (GPTW), reforçando o compromisso com um ambiente de trabalho pautado pelo bem-estar, pela confiança e pela qualidade na gestão de pessoas. Conquistas inéditas se fizeram presentes com o Selo Pacto pela Mulher, concedido pela Prefeitura de Salvador (BA), em reconhecimento à atuação da Fundação em prol da equidade de gênero; e o Selo SESI ODS, do Serviço Social da Indústria (SESI Paraná), que valoriza organizações que contribuem concretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No final do ano, a FNO também foi eleita como a melhor ONG da Bahia e uma das 100 melhores do país pelo Prêmio Melhores ONGs, a mais relevante premiação do terceiro setor brasileiro. Foi a terceira vez que a instituição figurou no top 100 e a segunda em que recebeu o título estadual máximo, um reconhecimento que coroa um ano de resultados expressivos e compromisso renovado com as pessoas e o futuro.

A Fundação se caracteriza como uma Organização da Sociedade Civil, de natureza privada e sem fins lucrativos, regida pelo Código Civil e pelas Leis nos 13.019/2014 e 9.249/95, dentre outras normas esparsas, não distribuindo aos seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros quaisquer sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

Em ocorrendo o encerramento de suas atividades, por meio de proposta do Conselho de Curadores e aprovação do Ministério Público Estadual, o patrimônio constituído será transferido integralmente ao patrimônio de Instituições de fins beneficentes, com objetivo social e natureza jurídica idênticas ou semelhantes ao da Fundação, desde que devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), ou a entidade pública no estado da Bahia.

A Fundação, pela sua natureza jurídica e atendimento aos requisitos legais, faz jus à imunidade fiscal sobre a tributação relacionada às receitas do exercício, relativas ao Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS).

No que tange à contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, estão fora do campo de incidência da mencionada contribuição todas as receitas auferidas por fundações e associações civis isentas do imposto de renda, quer sejam relativas ou não às suas atividades próprias. A contribuição ao PIS da Fundação é determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%. Apesar das isenções fiscais a Fundação está obrigada a atender às obrigações tributárias que lhe são imputadas, em que pese sua natureza jurídica, inclusive as obrigações acessórias, as quais vêm sendo observadas ao longo dos exercícios fiscais.

Recuperação judicial da Novonor

Em 17 de junho de 2019, a Novonor, mantenedora da Fundação, ajuizou pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05.

Desde então, a Novonor e algumas controladas em recuperação continuam mantendo suas atividades operacionais, ainda que sob restrições financeiras e supervisão judicial, com foco no objetivo comum de assegurar estabilidade financeira e soerguimento do Grupo, preservando assim sua função social de garantir e gerar postos de trabalho, disseminar conhecimento tecnológico e criar valor sustentável no interesse da sociedade e demais partes interessadas.

A Fundação permanece firme na continuidade de suas atividades e ações socioambientais, contando com investimentos das empresas operacionais do Grupo Novonor fora do perímetro da recuperação judicial e dos demais investidores sociais externos ao grupo que permanecem apoiando as ações promovidas pela Fundação e Instituições parceiras.

2. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Fundação em 31 de março de 2026.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), bem como as disposições contidas na ITG 2002 (R1) - "Entidade sem finalidade de lucros".

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3. Ativos financeiros

2.3.1. Classificação

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A Fundação classifica seus ativos financeiros sob a categoria custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

A Fundação possui ativo financeiro representado pelo caixa e equivalentes de caixa e empréstimos concedidos.

2.3.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Fundação se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Fundação tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros são inicialmente, reconhecidos, pelo valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.3. Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Fundação avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Fundação usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Fundação, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;

- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4. Imobilizado

O imobilizado é apresentado pelo custo de aquisição ou construção, líquido da depreciação acumulada.

Os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do ativo imobilizado.

O imobilizado da Fundação é composto, prioritariamente por equipamentos de informática, móveis e utensílios utilizados em suas atividades administrativas. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

- Equipamentos de informática: três - cinco anos;
- Móveis e utensílios: oito - dez anos;
- Outros: sete - dez anos.

Os ganhos e as perdas resultantes de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.5. Outros ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

2.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.7. Outros passivos

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

2.8. Impostos, taxas e contribuições

A Fundação, por ser uma instituição sem fins lucrativos, possui imunidade fiscal. Dessa forma, não incidem sobre as suas operações quaisquer impostos, dentre os quais PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social. O valor a recolher refere-se, basicamente, às retenções sobre a folha de pagamento, além do FGTS e INSS patronal.

2.9. Patrimônio líquido

É representado pelas doações iniciais, acrescidas do superávit ou déficit acumulado durante os exercícios.

2.10. Apuração do superávit (déficit)

As receitas da Fundação compreendem, principalmente, as doações oriundas de sua Mantenedora, a Novonor S.A. e de empresas por ela controladas ou coligadas, e, também da FRVJ Patrimonial Ltda. ("FRVJ Patrimonial"), empresa controlada da Kieppe Participações e Administração Ltda - Em recuperação Judicial, controladora indireta da Novonor. Tais registros atendem às disposições estabelecidas pelo CPC 47, pronunciamento que regulamenta o reconhecimento de receita. O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência.

As receitas de doações recebidas para aplicação em programas são reconhecidas em montante equivalente às despesas incorridas em cada exercício na execução desses programas.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

3. Gestão de risco financeiro

A Fundação não pode realizar a contratação de Derivativos, conforme regras detalhadas em sua diretriz de Gestão Financeira. Portanto, não houve esse tipo de operação nos anos de 2025 e 2024. A Fundação, por ser uma entidade do terceiro setor, realiza aplicações financeiras de baixo risco e curto prazo com o objetivo de honrar seus compromissos nos prazos pactuados.

(a) Risco de liquidez

É o risco de a Fundação não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pela Área Financeira da Fundação.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.150	1.717
Empréstimos concedidos		20
Adiantamentos a terceiros	47	33
	<u>2.197</u>	<u>1.770</u>
Custo amortizado		
Passivos		
Fornecedores	40	13
Outros passivos	23	525
	<u>63</u>	<u>538</u>

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	20	5
Aplicações financeiras	2.130	1.712
	<u>2.150</u>	<u>1.717</u>

Os depósitos bancários de curto prazo referem-se a aplicações financeiras em CDB e Fundos, pós-fixados, cuja remuneração média varia entre 88,0% e 100,0% do CDI, respectivamente, com liquidez imediata.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

6. Imobilizado

	Terras e terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Total
Custo	165	3	158	311	637
Depreciação acumulada		(3)	(131)	(197)	(331)
Saldo em 1o de janeiro de 2024	165		27	114	306
Aquisições			4	16	20
Baixas, líquidas de depreciação				(6)	(6)
Depreciação			(6)	(20)	(26)
Saldo contábil	165		25	104	294
Custo	165	3	162	321	651
Depreciação acumulada		(3)	(137)	(217)	(357)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	165		25	104	294
Baixas, líquidas de depreciação				(2)	(2)
Depreciação			(5)	(24)	(29)
Saldo contábil	165		20	78	263
Custo	165	1	163	319	648
Depreciação acumulada		(1)	(143)	(241)	(385)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	165		20	78	263
Taxas anuais de depreciação (%)		10	10	até 20	

7. Intangível

	Software	Total
Custo	96	96
Amortização acumulada	(49)	(49)
Saldo em 1o de janeiro de 2024	47	47
Aquisições	19	19
Amortização	(20)	(20)
Saldo contábil	46	46
Custo	115	115
Amortização acumulada	(69)	(69)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	46	46
Amortização	(18)	(18)
Saldo contábil	28	28
Custo	116	116
Amortização acumulada	(88)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28	28
Taxas anuais de depreciação (%)	20	

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

8. Depósitos judiciais e passivos contingentes

A Fundação tem ações de natureza trabalhista, envolvendo risco de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado em R\$1.652 (2024 - R\$ 554). A variação em relação ao exercício de 2024 decorre de atualização monetária solicitada por um reclamante e deferida pela justiça. Esse processo encontra-se suspenso, dependendo da decisão do Supremo Tribunal Federal referente ao tema de repercussão geral nº 1.389, cuja definição impactará diretamente a tese de defesa apresentada pela Fundação.

Para os processos acima relacionados existem depósitos judiciais no montante de R\$171 (2024 - R\$171).

9. Impostos, taxas e obrigações

	2025	2024
IR de colaboradores	29	71
INSS retido de terceiros	1	59
Outros	3	26
	<u>33</u>	<u>156</u>

10. Salários, encargos e contribuições sociais

	2025	2024
Provisão de férias	177	190
INSS	67	48
FGTS	14	15
Benefícios (i)	86	18
Outros	42	18
	<u>386</u>	<u>271</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o saldo de benefício contempla, substancialmente, o repasse ref. assistência médica e vale refeição.

11. Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação mantinha um projeto na cidade de Macaé, desenvolvido em parceria com a Ocyan, para o qual recebeu aporte financeiro específico de R\$1,6MM.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o referido projeto foi encerrado. Após a conclusão das atividades e da respectiva prestação de contas, identificou-se a aplicação de recurso no montante de R\$1,2MM. O saldo remanescente, que estava sob administração da Fundação, foi integralmente devolvido à Ocyan com os devidos rendimentos, em conformidade com as condições estabelecidas na parceria.

12. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pela doação inicial, por bens e valores que a ele venham a ser adicionados por meio de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, bens que a qualquer título que vier a adquirir, rendas originárias de seus bens e dos superávits (déficits) acumulados.

Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Social da entidade é de R\$ 2.221 (2024 - R\$ 1.359), sendo composto pelos resultados acumulados de exercícios anteriores e pelo superávit do exercício, no montante de R\$ 862 (2024 - R\$521), o qual foi integralmente incorporado ao Patrimônio Social, de acordo com o estatuto social e a legislação vigente.

13. Receitas

	2025	2024
Doações recebidas	4.790	7.643
Venda de livros	14	15
Direitos autorais	1	8
Assistência social	407	403
Outros	53	
	<u>5.265</u>	<u>8.069</u>

14. Doações à projetos sociais

	2025	2024
OCT		(7)
Hora da Criança		(2)
Nova Esperança	(1)	
Pedra Branca	(1)	
	<u>(2)</u>	<u>(9)</u>

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação realizou doações para a Organização de Conservação das Terras (OCT) com o objetivo de apoiar em sua reforma estrutural. Ainda nesse ano realizou a doação de notebooks, itens de seu ativo imobilizado, para a Fundação Hora da Criança.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação fez a doação de 02 notebooks, itens de seu ativo imobilizado, para a Associação Rural Pedra Branca e Associação Nova Esperança, com o objetivo de aperfeiçoar a estrutura física e técnica das associações.

15. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Salários e ordenados	(3.551)	(5.599)
Serviços de terceiros	(647)	(966)
Viagens e estadias	(94)	(133)
Infraestrutura (sede)	(176)	(535)
Outros	(102)	(526)
	<u>(4.570)</u>	<u>(7.759)</u>

Durante o exercício de 2025, a Fundação implementou um conjunto de iniciativas voltadas à otimização de custos, com o objetivo de aumentar a eficiência operacional e garantir maior sustentabilidade financeira às suas atividades. Nesse contexto, a Fundação passou a utilizar a estrutura administrativa e de apoio operacional de sua mantenedora, Novonor S.A., aproveitando sinergias e compartilhamento de recursos.

A adoção desse modelo permitiu a racionalização de processos, a redução de despesas administrativas e a melhoria da alocação de recursos, sem comprometer a continuidade ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação. As atividades operacionais passaram a ser executadas com suporte da mantenedora, refletindo uma gestão mais integrada e orientada à eficiência.

16. Resultado de participações societárias

A Fundação possui participação de 1,566% na ODBINV S.A. - Em Recuperação Judicial ("ODBINV"), empresa controladora integral da Novonor. Este investimento na ODBINV estava registrado e avaliado pelo método da equivalência patrimonial até o limite do saldo do investimento.

Em 31 de dezembro de 2016, a ODBINV passou a apresentar patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto).

Diante desse cenário e tendo como base o CPC18 (R3) que determina que, na situação em que a participação do investidor nos prejuízos da coligada se igualar ou exceder o saldo contábil da sua participação, o investidor deve descontinuar o reconhecimento da sua participação em perdas adicionais, a Fundação registrou provisão para perda do investimento na coligada ODBINV em 31 de dezembro de 2016.

FUNDAÇÃO NORBERTO ODEBRECHT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a ODBINV continuava com o patrimônio líquido negativo (“Passivo a descoberto”).

17. Fundo patrimonial

A Fundação constituiu em março de 2023 um Fundo Patrimonial para lhe servir como uma fonte de recursos estável e perene, com objetivo de contribuir para sua sustentabilidade financeira de longo prazo, bem como o custeio, a manutenção e a expansão de suas atividades, para a consecução de seu objeto social. No entanto, até a presente data deste relatório, não houve qualquer alocação de recursos no Fundo Patrimonial, não havendo, portanto, reflexos contábeis nas demonstrações do exercício.